



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

## TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0006441-21.2018.8.26.0566 - 2018/001606**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Documento de Origem: **IP-Flagr. - 146/2018 - DISE - Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes de São Carlos**  
 Réu: **RODNEY CARLOS BARBOSA**  
 Data da Audiência: **30/10/2018**

Réu Preso

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **RODNEY CARLOS BARBOSA**, realizada no dia 30 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, questionada a escolta acerca da necessidade da manutenção da algema, esta afirmou que não poderia garantir a segurança do ato processual, do próprio imputado e de todos os presentes, por sua insuficiência numérica. Diante disso, e cabendo ao Juiz Presidente regular os trabalhos em audiência, foi determinada a manutenção das algemas como a única forma de se resguardar a integridade dos presentes e, principalmente, do próprio imputado, nos termos da Súmula Vinculante nº 11, do STF. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as testemunhas FERNANDO CÉSAR DOS SANTOS GIGANTE, JESSICA FERNANDA INÁCIO, JESSICA CEZELINA BARBOSA. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram da oitiva da testemunha faltante JOSÉ CARLOS REZENDE JÚNIOR, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. RODNEY CARLOS BARBOSA**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 33, "caput", da Lei 11.343/2006. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, e a fixação de regime inicial fechado para o cumprimento da pena. A defesa requereu o decreto absolutório, subsidiariamente fixação da pena mínima legal. **É o relatório. DECIDO.** Conforme declarou o policial militar Fernando ouvido nesta data, o mesmo havia recebido denúncia da prática de tráfico e ao passar pelo local dos fatos, viu o acusado do lado de fora do imóvel, sendo que este, ao perceber a presença policial, fugiu e dispensou um embrulho, que foi localizado posteriormente à detenção do acusado, sendo que referido embrulho continha drogas. Fosse essa a prova cristalina sobre o transcorrer dos fatos, haveria justo motivo para o ingresso dos policiais militares no imóvel. Todavia, não há prova segura sobre isso autos, pois conforme declarou a irmã do acusado, a mesma ouviu os policiais militares chegando à sua casa e pediu ao réu que fugisse, pois este não estava cumprindo o dever de comparecimento periódico em cumprimento de pena em regime aberto. No momento em que Jéssica, irmã do acusado, disse a este para fugir, o réu estava na cozinha da casa. Diversamente do que disse o policial militar, o acusado não estava do lado de fora do imóvel e tampouco assustou-se ao ver a presença policial. Jéssica, irmã do acusado, também disse que os policiais militares ingressaram em sua casa indagando sobre o produto de um furto. Ou seja: existem elementos de convicção no sentido de que toda a ação policial foi movida ab initio pela procura por produtos furtados. Ainda que essa narrativa provenha da irmã do acusado, não pode ser absolutamente desconsiderada. Ademais, isso foi exatamente o que foi narrado por Jéssica (irmã do acusado) para Jéssica (amiga da família), que compareceu à casa onde ocorreram os fatos: ao chegar ao imóvel, Jéssica (amiga da família), viu o acusado preso e os policiais militares à procura de produtos furtados. Tal contexto não é periférico nem meramente circunstancial em relação aos fatos que se pretende



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

comprovar e que estão narrados na denúncia, pois compromete a ação policial desde o seu início, não somente pelo seu motivo e ignição (um furto e não um tráfico), mas também porque o policial Fernando não teria visto o acusado fugir dispensando o embrulho. Diante de tais inconsistências, a solução que vislumbro é a absolutória. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se o réu **RODNEY CARLOS BARBOSA** da imputação de ter violado o disposto no artigo 33, "caput", da Lei 11.343/2006, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. **Expeça-se Alvará de Soltura.** Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p align="center"><b>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</b></p>
---

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: